

PRATICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA SESI ROBERTO EGYDIO AZEVEDO, RECIFE – PE, BRASIL ¹

Saulo de Lucena Melo

RESUMO: O presente artigo, intitulado “Práticas de educação financeira na escola Sesi Roberto Egydio Azevedo, Recife – PE, Brasil” propõe uma análise sobre implementação da temática Educação Financeira que é um tema levado a sério em muitos países que já alcançaram um elevado grau de desenvolvimento econômico, por possibilitar a sua população o uso do conhecimento financeiro no planejamento pessoal de gastos cotidianos, previdência privada ou complementar, poupança de recursos e na gestão da carreira profissional e/ou de empreendimentos. Há no Brasil uma proposta para inclusão no currículo da Educação Financeira, no entanto o processo encontra-se em fase muito inicial e experimental. Não existe difundido ainda nas escolas, uma base comum e a devida formação docente para atuação no sentido da educação financeira. Nesse contexto, a escola alvo deste estudo, tem uma proposta própria para a educação financeira no currículo escolar.

Palavras-chave: Educação; financeira; finanças; planejamento.

INTRODUÇÃO

A escola Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo localiza-se em Recife, capital do estado de Pernambuco-Brasil e vivencia há alguns anos em seu currículo, a inserção de tópicos referentes a Educação Financeira, de forma específica e não apenas transversal, como se propõe em outras realidades escolares que buscam atender a proposta nacional para a formação financeira dos cidadãos.

O artigo surge diante da constatação da necessidade de desenvolver pessoas capazes de atuar em um mercado cada vez mais excludente, onde as tecnologias se renovam em uma velocidade cada vez maior, demandando a capacidade de o indivíduo se reciclar constantemente para que consiga permanecer em contato com os meios de comunicação social e empresarial, e as linhas de crédito oferecidas a uma população que não está preparada para gerir suas finanças e acabam se endividando e comprometendo não só a renda familiar, como também a confiança do mercado, o que leva ao aumento das taxas internas de juros, gerando um ciclo vicioso, de difícil resolução e que compromete a economia interna, tendo reflexos no modo como o país está posicionado diante da economia global.

Em uma sociedade de consumo, na qual estamos inseridos, em que desde a infância é ensinado que comprando se resolve problemas, é no ato comercial que se satisfaz necessidades e se proporciona prazer e acalanto, e as crianças não são conduzidas a compreender a origem do dinheiro e nem os sacrifícios e implicações necessárias para que o mesmo chegue as nossas mãos, torna-se necessária a mudança dessa forma de promover satisfação pessoal, bem como de se conhecer a origem do dinheiro e toda dinâmica no entorno do ato de compra e venda.

Um povo endividado, perde qualidade de vida e compromete o setor terciário que envolve comércio e serviços e de forma elementar, repercute no setor secundário, que compreende transformação de matérias primas, e no primário que abastece, em grande parte o setor secundário.

Diante do exposto, a problemática da pesquisa é constituída pela seguinte pergunta: Que atividades podem ser desenvolvidas nas práticas escolares para a educação financeira?

Frente a importância de educar financeiramente os indivíduos, o presente artigo tem como objetivo geral de estudo: Apresentar as metodologias para o trabalho da educação financeira na escola Sesi Unidade Roberto Egydio de Azevedo.

Os objetivos específicos são:

- Apresentar a maneira como a educação financeira está inserida no currículo escolar.
- Identificar as atividades voltadas para a educação financeira;

No que diz respeito a estrutura metodológica, esta pesquisa classifica-se como descritiva, transversal, não experimental qualitativa. O processo de coleta de dados se dá por meio de questionário aberto com os participantes de interesse na pesquisa. Os participantes são profissionais da educação da escola campo da investigação. A saber, participaram a gestora escolar, a supervisão pedagógica e a professora para educação financeira.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação Financeira: definições e objetivos

A administração do dinheiro vai além de fazê-lo circular no mercado para obtenção de bens e serviços. Consiste em uma ferramenta importante de prover recursos, segurança e conforto ao longo de toda uma vida. O modelo de relação com o dinheiro predominante nas sociedades, não favorece a consciência poupadora e a percepção de que ao longo da vida, o indivíduo tem ritmos diferentes de trabalho e de gastos. Entre estes pode-se citar a aquisição do imóvel residencial próprio, formação e planejamento familiar, até o momento da

maturidade onde a aposentadoria obtida por meio do serviço público, não atende as demandas financeiras, e tendem a sofrer mudanças em virtude das novas realidades populacionais, em que a população tem seu número de dependentes cada vez maior, o que demonstra a insustentabilidade do sistema, segundo o governo brasileiro, e a vulnerabilidade cada vez maior das pessoas que futuramente irão compor esse grupo da população. Além de possibilitar toda a organização apresentada nas linhas anteriores, a Educação Financeira visa também desenvolver o hábito de poupar parte dos recursos, e conscientizar sobre a importância deste. Investir e conhecer os fundos de investimento, saber investigar qual a opção mais rentável e menos arriscada diante da vasta disponibilidade de produtos para investimentos tais como: mercado imobiliário, bolsas de valores, caderneta de poupança, títulos do governo entre outros. A esse respeito podemos nos basear na seguinte afirmação de Reis (2014, p. 4):

A Educação Financeira é um processo pelo qual consumidores e investidores adquirem uma melhor compreensão sobre conceitos e produtos financeiros por meio de informações, instruções e orientações objetivas. Com o intuito que estes possam vir a desenvolver habilidades para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos financeiros. Numa tentativa de fazerem escolhas bem informadas e saberem onde procurar ajuda quando necessária, buscando sempre a qualidade de vida dos indivíduos. Portanto, a educação financeira está diretamente ligada ao conceito de cidadania, por indicar um direito de acesso à informação de questões financeiras, tornando cidadãos conscientes, capazes e livres para tomarem decisões para suas vidas.

Historicamente, na sociedade capitalista de consumo em que nos encontramos inseridos, a aquisição de bens sempre esteve associada a satisfação pessoal e a promoção de bem-estar. A educação financeira é uma proposta de munir os indivíduos de uma consciência financeira e de competências capazes de fazê-los mais organizados, de terem seus gastos bem direcionados, de serem menos influenciáveis pelo bombardeio publicitário, e de se planejarem para enfrentar o envelhecimento de maneira mais confortável e segura financeiramente se falando, e dentro desse contexto, a escola assume importante papel em preparar o cidadão para atuar de forma consciente na administração de recursos.

A atual geração que se encontra endividada, cujos empreendimentos muitas vezes não conseguem sobreviver ao quinto ano de funcionamento em função do descontrole das finanças e da falta de planejamento como um todo, não teve acesso a programas que permitissem

conhecer os riscos de mercado e as vantagens de se planejar e desenvolver estratégias para seus negócios e carreira profissional. Esse *know-how* é proposta da educação financeira, que é definido pela Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005, p. 13), da seguinte maneira:

A educação financeira é o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre conceitos e produtos financeiros e, por meio de informação, instrução e orientação objetiva, desenvolvem habilidades e adquirem confiança para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos financeiros, para fazerem escolhas bem informadas e saberem onde procurar ajuda ao adotarem outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar e a sua proteção.

No que diz respeito a preparação de uma previdência complementar, a Educação Financeira também tem despertado a atenção dos governos, no sentido de desenvolver cidadãos que possuam esta preocupação e consciência. Torna-se então coerente, o uso de estratégias que possibilitem o desenvolvimento das competências em Educação Financeira no educando, por ser este um caminho seguido por países que possuem uma população mais preparada e mais atuante de forma favorável no mercado, como no caso dos países membros da OCDE.

Em termos globais, mesmo diante de uma globalização já consolidada, é recente a preocupação em sistematizar o desenvolvimento da Educação Financeira nos países em diferentes níveis socioeconômicos e culturais. Apenas em 2003 foi aprovado pelo conselho da OCDE para que orientasse as práticas da Educação Financeira no biênio 2003-2004, um importante projeto, e o mais abrangente em escala global. Trata-se do projeto intitulado Financial Education Project (Projeto de Educação Financeira) que nasceu do interesse dos países membros da organização em educar financeiramente seus cidadãos, inclusive o modelo brasileiro previsto para esta finalidade, denominado Estratégia Nacional para Educação Financeira – Enef, tem como referencial as propostas apresentadas pela OCDE.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

A população brasileira a exemplo da realidade dos países emergentes, deixa muito a desejar quando o quesito é Educação Financeira. A falta de habilidades para gerenciar recursos, refletida no aumento do endividamento das famílias, ou na falta de planejamento

financeiro a curto, médio ou longo prazos, são um retrato desse quadro. A esse respeito Cabral (2013, p. 6) afirma:

O consumo desenfreado de bens e serviços estimula o aumento do preço dos produtos, que por sua vez elevam o nível de inflação, desvalorizam a renda pessoal disponível e lançam os consumidores aos empréstimos pessoais, aos cartões de crédito, a utilização de limites de cheque especial, que no final desse ciclo terão um grande desequilíbrio financeiro. (...) Adotar o consumo consciente e evitar situações de risco em investimentos, empréstimos e outras transações financeiras no cotidiano, impedirá que no futuro comprometa sua vida pessoal ou o equilíbrio financeiro da sociedade.

Sobre o endividamento proveniente desse consumo desenfreado e estimulado em período integral pelos veículos de comunicação de massa Hennigen (2012), aponta que

O superendividamento dos consumidores constitui um fenômeno social de extrema relevância na atualidade. Todavia, esta questão não faz correlação somente a um campo de conhecimento, posto que se configura como um grave e crescente problema social que necessita, para sua entendimento e enfrentamento, da articulação de diferentes disciplinas.

Os avanços e transformações sociais, econômicas, e tecnológicas no mundo, pontaram a necessidade de urgente intervenção por meio de ações governamentais com o objetivo de educar financeiramente a população. A exemplo disso podemos citar os estudos realizados no âmbito dos países da OCDE para o biênio 2003-2004, que entre outros, propôs a inserção de um projeto denominado Financial Education Project (Projeto de Educação Financeira) que surge do interesse e necessidade dos países membros da organização em educar financeiramente seus cidadãos.

A primeira fase deste projeto teve culminância em 2005 com a publicação da pesquisa registrada no *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies* (Melhoria da Literacia Financeira: Análise de Questões e Políticas), um relatório que deu origem a um segundo documento denominado *Recomendações sobre Princípios e Boas Práticas de Educação Financeira e conscientização*.

Ainda a respeito das transformações e avanços recentes é colocado por Vieira (2011, p. 68) que:

O aumento da complexidade das operações e serviços financeiros, a globalização, os avanços tecnológicos, os novos canais de distribuição eletrônica e a integração do mercado exigem dos cidadãos uma cultura financeira mais apropriada e consciente, a fim de conseguirem se integrar a tais transformações e fazerem com que o resultado delas seja uma melhor qualidade de vida particular e para todos a sociedade.

A OCDE incentiva a elaboração e execução de projetos e programas sobre a educação financeira não apenas nos países que a compõem, mas a também em outros países. Para que este tipo de programa aconteça, este organismo definiu alguns princípios e recomendações para a boa prática da Educação Financeira. Esses princípios seguem enumerados, sob a tradução e organização de Savoia, Saito e Petroni (2006, p.5), que se dedicaram a estudar o tema, assim que o relatório da OCDE foi divulgado.

1. A Educação Financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
2. Os programas de Educação Financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, estar adequados à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e de economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
3. O processo de Educação Financeira deve ser considerado pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel que é exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
4. O envolvimento das instituições financeiras no processo de Educação Financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente, nos compromissos de longo prazo e naqueles que comprometem expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.

Praticas de Educação Financeira na Escola Sesi Roberto Egydio...

5. A Educação Financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados, e a complexidade crescente das informações que os caracterizam.
6. Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais que estimulem a compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem o autodesenvolvimento financeiro, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões financeiras. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
7. A Educação Financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo, o quanto antes.
8. As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações.
9. Os programas de Educação Financeira devem focar particularmente aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e aposentadoria, o endividamento, e a contratação de seguros.
10. Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, devendo ser adequados a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

Em 2007 pela primeira vez o governo brasileiro se mobiliza, seguindo tendência global, para desenvolver as primeiras iniciativas direcionadas para a Educação Financeira, quando por meio de um grupo de trabalho, composto por representantes do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários -CVM, da Secretaria de Previdência Complementar- SPC e da Superintendência de Seguros Privados- SUSEP , para desenvolver uma proposição de Estratégia Nacional de Educação Financeira- ENEF.

Com o objetivo de preparar a criança e o adolescente para lidar com o dinheiro, seguindo sugestão da OCDE, em 2010 foi instituída a ENEF por meio de um decreto. Para elaborar um documento que apresentasse um modelo conceitual para levar a Educação Financeira às escolas foi constituído o Grupo de Apoio Pedagógico- GAP, sob a orientação e supervisão do MEC. O documento resultante, teve o título Orientações para Educação Financeira nas Escolas, apresentou um conjunto de princípios que tinham como finalidade nortear o ensino de educação financeira.

A proposta do programa brasileiro para Educação Financeira é expressa da seguinte maneira:

O objetivo do programa é desenvolver uma proposição de Estratégia Nacional de Educação Financeira, prevendo a promoção de um inventário nacional de ações e de projetos de educação financeira no país, além de uma pesquisa que mapeie o grau de conhecimento financeiro da população brasileira. Além das ações destinadas ao público-alvo para adultos, o ENEF prevê ações voltadas para as escolas, seguindo uma tendência mundial. Este organismo tem como principais objetivos promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolha consciente quanto à administração de seus recursos e contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (Brasil, 2010, p. 2).

O GAP além de elaborar o documento, promoveu outras ações com o intuito de levar a Educação Financeira para as instituições educativas. Dentre essas ações pode-se citar a formação de professores e de um projeto piloto direcionado às escolas participantes de um programa do governo, o Mais Educação, uma das metas do Ministério de Educação e Cultura - MEC. Esse plano de ações envolvia: campanha de sensibilização e conscientização das pessoas envolvidas com a educação e com a comunidade escolar; iniciativas voltadas para os profissionais da educação, principalmente professores e gestores; ações de controle e avaliação dos resultados da implementação dos pontos acima mencionados.

A proposta pedagógica e o modelo conceitual do material didático com o objetivo de educar financeiramente os estudantes brasileiros toma como referencial a definição de educação financeira apresentada pela OCDE, e considera que:

O modelo pedagógico foi concebido para oferecer ao aluno informações e orientações que favoreçam a construção de um pensamento financeiro consistente e o desenvolvimento de comportamentos autônomos e saudáveis, para que ele possa, como protagonista de sua história, planejar e fazer acontecer a vida que deseja para si próprio, em conexão com o grupo familiar e social a que pertence. Nesse sentido, o foco do trabalho recai sobre as situações cotidianas da vida do aluno, porque é nelas que se encontram os dilemas financeiros que ele precisará para resolver (Brasil/COREMEC, 2010a, p. 7).

Os objetivos das práticas em Educação Financeira no Brasil, segundo o modelo pedagógico são apresentados no quadro 1 expresso em sequência.

QUADRO 1: Relação entre objetivos e competências da Educação Financeira no Brasil

Objetivos	Competências
OB1 Formar para a cidadania	CO1 Debater direitos e deveres
OB2 Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável	CO2 Tomar decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis CO3 Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida.
OB3 Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude	CO4 Ler e interpretar textos específicos de Educação Financeira CO5 Ler criticamente textos publicitários CO6 Tomar decisões financeiras autônomas de acordo com suas reais necessidades
OB4 Formar disseminadores	CO7 Atuar como multiplicadores
OB5 Ensinar a planejar em curto, médio e longo prazo	CO8 Elaborar planejamento financeiro
OB6 (6) Desenvolver a cultura da prevenção	CO9 Analisar alternativas de prevenção em longo prazo
OB7 Proporcionar a mudança da condição atual	CO10 Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas

Nota: OB – Objetivo; CO – Competência

Fonte: Brasil/COREMEC, 2010a, p. 12

A inserção da Educação Financeira nas escolas brasileiras encontra-se em estágio inicial. Somente algumas escolas participaram de pré-teste com o material didático para o Ensino Médio. Uma coleção de três livros para estudantes do Ensino Médio foi disponibilizada de maneira completa em três volumes no ano de 2013, estruturada em três blocos conforme quadro 2, posto em sequência.

QUADRO 2: Estrutura dos blocos do material didático de Educação Financeira no Brasil

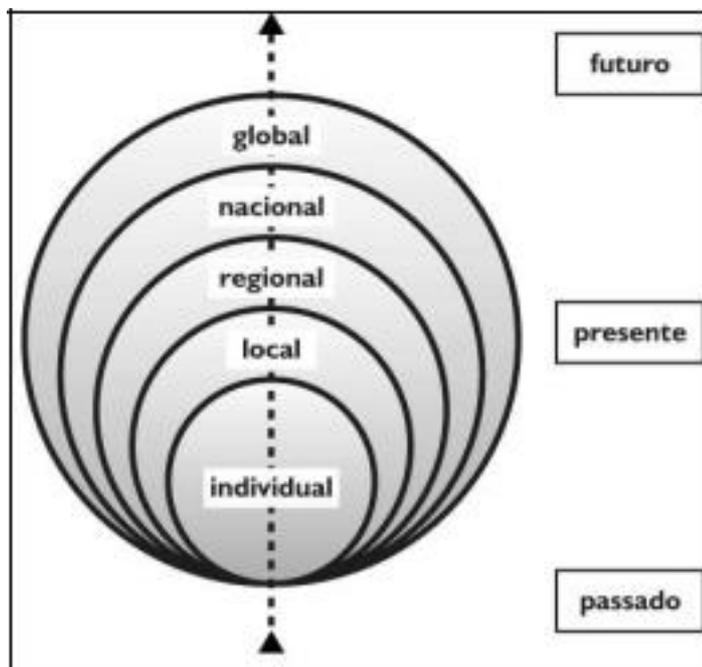
<p>BLOCO 1</p> <p>ÂMBITO INDIVIDUAL (Situações de curto prazo)</p>	<p>O QUE VOCÊ SABE?</p> <p>Tema 1 Vida familiar cotidiano Tema 2 Vida social Tema 3 Bens pessoais SONHO PLANEJADO</p>
<p>BLOCO 2</p> <p>ÂMBITO INDIVIDUAL (Situações de médio e longo prazo)</p>	<p>O QUE VOCÊ SABE?</p> <p>Tema 4 Trabalho Tema 5 Empreendedorismo Tema 6 Grandes Projetos SONHO PLANEJADO</p>
<p>BLOCO 3</p> <p>ÂMBITO SOCIAL</p>	<p>O QUE VOCÊ SABE?</p> <p>Tema 7 Bens públicos Tema 8 Economia do país Tema 9 Economia do mundo SONHO PLANEJADO</p>

Fonte: Brasil/COREMEC, 2010a, p. 14.

Cada um dos nove temas consiste de um conjunto de sete Situações Didáticas (SDs), que, segundo o texto, entende-se “o conjunto de ações e atividades que desenvolvem no aluno as competências que acionam os conhecimentos necessários para lidar com as múltiplas e variadas situações financeiras do cotidiano.” (Brasil/COREMEC, 2010a, p. 13)

Quanto ao objetivo da Estratégia Nacional de Educação Financeira, em consonância com os dados mencionados, a figura 1 ilustra a maneira como se pretende atuar nesse campo.

FIGURA 1: Proposta da Educação Financeira Brasileira



Fonte: Enef 2016

Conclui-se então que “as SDs constituem um instrumento que congrega objetos de conteúdo (conhecimentos, conceitos) e objetos didáticos (orientações pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de competências)” (Brasil /COREMEC, 2010a, p. 13).

A proposta do programa é que cada situação didática dure, em média, de uma a duas aulas, o que totalizaria 34 horas-aula em um ano. Além disso, a posição de diluir o ensino pelas várias disciplinas do currículo é apresentada nos seguintes termos:

(...) o material de Educação Financeira pode ser aplicado por qualquer professor de qualquer matéria porque o desejável é que ele faça por meio de sua faceta cidadã e não necessariamente pelo ângulo de sua especialidade. Em outras palavras, um professor de português ou de geografia, que tenha uma vida financeira organizada, pode perfeitamente ensinar os alunos a fazer orçamento. (Brasil/COREMEC, 2010a, p. 15).

Silva e Powell (2013, p.p 12-13), apontam três características de um indivíduo educado financeiramente ou que desenvolveu um pensamento financeiro. São elas:

- a) Frente a uma demanda de consumo ou de alguma questão financeira a ser resolvida, o estudante analisa e avalia a situação de maneira fundamentada, orientando sua tomada de decisão valendo-se de conhecimentos de finanças, economia e matemática;
- b) opera segundo um planejamento financeiro e uma metodologia de gestão financeira para orientar suas ações (de consumo, de investimento, ...) e a tomada de decisões financeiras a curto, médio e longo prazo;
- c) desenvolveu uma leitura crítica das informações financeiras veiculadas na sociedade.

Diante das propostas nacionais e internacionais para a educação financeira se pretende verificar a maneira como esta é vivenciada em uma escola tomada como objeto de análise por trabalhar de forma específica estas competências propostas.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA SESI UNIDADE ROBERTO EGYDIO DE AZEVEDO

O processo de coleta de dados em campo, ocorrerá na Escola SESI – Unidade Roberto Egydio de Azevedo, localizada em Recife-PE, Brasil. Instituição privada que funciona com verba compulsória pública, proveniente da arrecadação da indústria nacional. A rede SESI é composta por aproximadamente 1250 escolas distribuídas pelos estados da federação, segundo dados de 2017. Foi escolhida uma escola dessa rede pelo fato de a mesma possuir em seu currículo para o ensino médio, uma disciplina específica para abordar as questões referentes a Educação Financeira que é a disciplina de Empreendedorismo.

Para obtenção das respostas necessárias para que se pudesse descrever a realidade da unidade quanto a vivência da educação financeira, foi utilizado como ferramenta um questionário aberto a ser aplicado junto a equipe pedagógica da escola responsável pela aplicação dos processos. Trata-se de uma análise descritiva qualitativa de um fenômeno social. Quanto aos participantes de uma pesquisa descritiva com enfoque qualitativo, Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p.60) os definem como sendo “indivíduos do campo de interesse da pesquisa, ou seja, do fenômeno observado”.

Ao se investigar a maneira como a Educação Financeira encontra-se inserida na escola em questão, houve a necessidade de coletar informações junto a gestão escolar, supervisão pedagógica e com a professora responsável por ministrar a disciplina.

A gestão escolar, composta de uma gestora, foi selecionada como participante por ocupar o cargo que pressupõe participação ativa na elaboração das estratégias pedagógicas da escola investigada e conseqüentemente está à frente da organização dos trabalhos e das etapas do planejamento das ações da escola. A coordenação pedagógica é composta de uma supervisora pedagógica lotada na escola investigada, atuando nas séries iniciais e/ou finais do ensino fundamental e médio. A escolha da supervisão pedagógica para participar dessa pesquisa, se dá pela importância de sua função como membro de uma equipe gestora, pois faz parte do contexto da investigação. A professora responsável por vivenciar a disciplina específica que trata, dentre outros, dos temas de educação financeira na escola foi escolhida como participante da investigação com objetivo de fornecer dados do cotidiano das práticas pedagógicas voltadas para desenvolver as competências neste sentido.

De acordo com a gestão escolar, quando interrogada sobre a maneira como a Educação Financeira está incluída na escola, aponta que esta é trabalhada de forma transversal na disciplina de Matemática, mas que há uma disciplina específica para este fim no currículo escolar. Empreendedorismo.

A mesma indicação foi apontada pela professora da disciplina de Empreendedorismo, bem como da supervisora escolar. A ressalva é apontada pela professora ao dizer que apenas o Ensino Médio é contemplado com esta disciplina, uma vez que a escola oferta também o Ensino Fundamental II.

A respeito do que sinaliza a professora da disciplina de Empreendedorismo durante a coleta de dados nesta pesquisa, a Enef aponta que:

A Educação Financeira requer estratégias que modifiquem hábitos arraigados. Mudanças de comportamento, geralmente são conquistadas em longo prazo, por meio de educação efetiva. Portanto, as ações propostas pela Enef, buscam atingir esse objetivo, reforçando a necessidade de que a Educação Financeira seja trabalhada desde cedo. Enef (2007, p. 94)

Sendo assim, se a escola pretende de fato, desenvolver a consciência financeira em seus alunos, torna-se importante o que afirma a gestora escolar sobre práticas transversais no

Ensino Fundamental, e que estas sejam ampliadas, já que no Ensino Médio essa importante área do saber, será abordada de forma mais específica.

Quanto a formação do corpo docente para trabalhar com Educação Financeira, a Enef (2007, p. 99) propõe que haja “formação continuada”. No caso da escola campo da investigação, não se verifica por parte de nenhum dos entrevistados menção quanto a formação voltada para este fim, ficando subjetivos os critérios para escolha do corpo docente. São mencionadas características como: criatividade, atitudes empreendedoras, experiências empreendedoras e inovação, como sendo requisitos à escolha dos profissionais que terão a incumbência de ministrar a disciplina de Empreendedorismo, onde encontra-se a Educação Financeira. A esse respeito Calil apud (Abreu 2013, p. 12), aponta como requisitos para o professor que atuará no trabalho das competências em Educação Financeira, dizendo que “o professor responsável deve ser exemplo daquilo que passa aos alunos, ou seja, deve praticar a Educação Financeira para que possa ensinar”.

O papel da formação continuada defendido pela Enef, visa munir o professor das ferramentas necessárias para que se realize um trabalho mais completo. No caso da escola em estudo, apenas não há essa formação, como também foi sinalizado pela professora, que não há um material didático específico para esta disciplina, estando a cargo do professor e da pesquisa, todo tipo de informação que venha a ser abordada em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação financeira ainda é um assunto recente no Brasil e tem muito o que evoluir, conforme indica a própria Enef. A escola em análise, encontra-se assim como as propostas nacionais para educação financeira, em processo de implementação e experimentação. De acordo com a Enef:

Um de seus propósitos nas escolas é educar crianças e adolescentes para lidar não só com o dinheiro, mas também para planejar sua trajetória de vida e se preparar, de forma segura para oscilações econômicas, independentemente de possuir pouco ou muito recurso financeiro para sua manutenção. (ENEf, 2007, p. 96)

Em 2010, foi incluído na LDB, LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, o 10º§ por meio do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010 dizendo que: “Consumo e educação

financeira serão temas integradores dos componentes curriculares nos diversos níveis da educação básica”, (Brasil, 2010), embora ainda não seja uma prática tão comum no ambiente escolar.

Sob essa perspectiva, a Lei 171/09, estabelece a obrigatoriedade da educação financeira em escolas públicas e privadas, e cria um currículo específico para a Educação Financeira nos ensinos Fundamental e Médio. A partir dessa obrigatoriedade legal, torna-se pertinente analisar um modelo já implementado para que a partir deste, novas diretrizes possam ser sugeridas.

Diante do exposto surgem as conclusões sobre o primeiro objetivo específico que é: *apresentar a maneira como a educação financeira está inserida no currículo escolar*. Quando a este objetivo, constatou-se que não há na escola uma disciplina específica para a educação financeira, estando esta inserida em outra, a de Empreendedorismo. A começar pela disciplina voltada para a Educação Financeira, que é Empreendedorismo, já se pode identificar uma desconformidade quando se toma como referencial a própria legislação de 2009, Lei 171/09, que estabelece a necessidade de um currículo específico para a Educação Financeira. É inevitável a participação da Educação Financeira no processo empreendedor, mas o empreendedorismo em si, é um campo muito mais abrangente, onde perpassa, além de outros temas, a Educação Financeira.

De acordo com a gestora escolar, quando interrogada sobre a maneira como a Educação Financeira está incluída na escola, aponta que esta é trabalhada de forma transversal na disciplina de Matemática, mas que há uma disciplina específica para este fim no currículo escolar, Empreendedorismo. A mesma indicação foi apontada pela professora da disciplina de Empreendedorismo, bem como da supervisora escolar. Mesmo havendo a indicação por parte da gestora escolar de que a disciplina de Empreendedorismo possui a finalidade específica de trabalhar a Educação Financeira, ela aborda uma grande quantidade de outros temas e traz a Educação Financeira como um desses temas.

A transversalidade para este tema é importante e encontra respaldo na própria LDB 96. No entanto, não encontra conformidade com a proposta da Enef e com a Lei 171/09 que atualiza a própria LDB 96.

Outra ressalva é apontada pela professora ao dizer que apenas o Ensino Médio é contemplado com esta disciplina, uma vez que a escola oferta também o Ensino Fundamental II. A respeito do que sinaliza a professora da disciplina de Empreendedorismo durante a coleta de dados nesta pesquisa, a Enef (2007, p. 94) aponta que:

A Educação Financeira requer estratégias que modifiquem hábitos arraigados. Mudanças de comportamento, geralmente são conquistadas em longo prazo, por meio de educação efetiva. Portanto, as ações propostas pela Enef, buscam atingir esse objetivo, reforçando a necessidade de que a Educação Financeira seja trabalhada desde cedo.

A fala da professora torna-se pertinente com a proposta da Enef de inserir desde cedo a Educação Financeira. Sendo assim, se a escola pretende de fato, desenvolver a consciência financeira em seus alunos, torna-se importante considerar o que afirma a professora sobre práticas da Educação Financeira e que estas sejam inseridas e trabalhadas de forma mais específica no Ensino Fundamental e não com enfoque maior apenas no Ensino Médio.

O segundo objetivo específico consiste em *identificar as atividades voltadas para a educação financeira* e possui relevância na investigação, por tratar de apontar o modo como a escola desempenha na prática suas metodologias para a Educação Financeira. No quesito atividades, investigam-se feiras, eventos, aulas, palestras, material didático e quaisquer outras que venham a serem mencionadas pelos participantes da investigação.

Neste contexto, a investigação se dá pelo fato de a escola ser capaz de envolver em seus processos um grande número de pessoas. Professores, gestores e toda equipe pedagógica, funcionários dos diversos segmentos, famílias e toda a comunidade ao redor da unidade escolar, são ou devem estar entre os alvos de um processo educacional.

De acordo com Pistrak (2009), as estratégias de ensino e de organização curricular servem ao projeto de sociedade que assumimos em função de nossa leitura da “realidade atual.” Se não houver uma definição clara dessas estratégias, a prática pode perder seu sentido e deixar de atender aos objetivos do processo proposto, transformando-se em um projeto didático estéril. As atividades escolares aparecem nesse contexto assumindo um papel importante pois por meio delas que a realidade é trazida para dentro do espaço escolar, e por sua vez, é refletido na vida prática do educando, tornando-os capazes de transformar a realidade em que se encontra e ainda adaptando-se a elas de a medida que os desafios possam se apresentar. Ainda Pistrak, sobre as atividades escolares, coloca que:

Somente na atividade pode a criança formar-se para ser ativa, somente na ação aprende a agir, somente na realidade [...] aprende a participar conscientemente, do mesmo modo, no trabalho que diz respeito às formas da ordem estatal e mundial (Pistrak, 2009, p. 131).

Nesse sentido, observa-se que a escola vem tentando por meio de diferentes maneiras, possibilitar o desenvolvimento das capacidades financeiras. Além das aulas, como estratégia de trabalho para a Educação Financeira, foram apontados: Feira do Empreendedor, palestras realizadas em parcerias com órgãos competentes e experientes em questões de mercado e financeiras como o citado anteriormente Sebrae e IEL.

O projeto Feira do Empreendedor também apontado anteriormente pela equipe de profissionais participantes da pesquisa na escola, foi apontado pelos alunos como sendo um dos meios mais dinâmicos para o desenvolvimento da consciência financeira. O modelo de trabalho proposto pela escola está em conformidade com o que apontam os teóricos referenciados no trabalho, bem como, mesmo que de despropositadamente, com as propostas nacionais da Enef.

Identificam-se essas conformidades com a Enef, quando se observa aspectos como: bens pessoais, trabalho e empreendedorismo. Percebe-se nesse interim que existe por parte da escola o interesse em fazer dar certo os processos que envolvem a Educação Financeira, mesmo nitidamente não se verificando em nenhum momento das falas, conhecimento a respeito das propostas nacionais para este fim, a Enef.

Após o detalhamento do atendimento dos objetivos específicos, apresenta-se a discussão do objetivo geral deste trabalho que é: *Que atividades podem ser desenvolvidas nas práticas escolares para a educação financeira?*. Conclui-se que é imprescindível para o cidadão, seja

pai/responsável ou educando, o desenvolvimento das competências em Educação Financeira e que para ocorrer esse desenvolvimento, diversas estratégias e atividades podem ser utilizadas.

Lidar com crédito, investimentos, planejamento de vida e carreiras estão entre essas competências e elas se apresentam recorrentes nos planos de educação em muitos países na atualidade, inclusive é pauta da OCDE para promoção de desenvolvimento socioeconômico e qualidade de vida das pessoas. No Brasil, essas formulações de planos para a Educação Financeira aparecem com a Enef, encarregada de nortear essas práticas em todas as redes de ensino sejam privadas ou públicas.

Conclui-se que a escola adota uma variedade atividades no sentido de atender as competências para a Educação Financeira. Dentre as atividades merecem destaque os eventos produzidos de forma protagonista pelo alunado, como o caso da Feira do Empreendedor, cujo objetivo é desenvolver diversas habilidades relacionadas ao dinheiro, a vida profissional e as relações interpessoais.

REFERÊNCIAS

- Abreu, I. (2013). *Falta de Educação Financeira: Estudo aponta que o brasileiro desconhece princípios básicos de Finanças e Investimentos*. Rio de Janeiro, Brasil; Editora Revista RI.
- Brasil/COREMEC (2010). *Educação financeira nas escolas – Ensino médio. Bloco 1 - Livro do professor*. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em 28/09/2018.
- Brasil/ENEF (2011). *Estratégia nacional de educação financeira – Plano Diretor da ENEF*. Acedido em 05 novembro 2011 em <http://www.vidaedinheiro.gov.br/Imagens/Plano%20Diretor%20ENEF.pdf>. Acesso em 28/09/2018.
- Cabral, B. B. (2013). *Educação financeira: O primeiro passo para o consumo consciente*. Acadêmico mundo Multidisciplinar. Outubro de 2013. Disponível em: <http://www.academicomundo.com.br/revista_2.html> Acesso em 11 de abril de 2018.
- Hennigen, I., Gehlen, G. (2012). *Com a “vida” no vermelho: psicologia e superendividamento do consumidor*. Pesquisas e Práticas Psicossociais. São João del-Rei, Brasil.
- Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. (2012). *Índice de expectativas das famílias*. Brasília, Brasil. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3233. Acesso em 29/09/2018.
- Kauark, F., Manhães, F. C., Medeiros, C.H.(2010). *Metodologia da pesquisa: guia prático*. Itabuna, Brasil. Editora Via Litterarum.
- OCDE (2005). Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE. *Assessoria de Comunicação Social. OECD's Financial Education Project*. Disponível em: <<http://www.oecd.org/>> Acesso em: 19 dez. 2017.

- OCDE (2005). Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE. *Financial Education Programmes in school: Analysis of selected current programmes and literature draft recommendations for best practices*. Disponível em: Acesso em: 15 out. 2017.
- Savoia, J.R.F., Saito, A. T., Petroni, L. M. (2006). *A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Economico (OCDE)*. In: Seminário em Administração, 9., 2006, São Paulo. Anais... Disponível em:<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf>. Acesso em: 18/04/2018
- Silva, A. M., Powell, A. B. (2013) *Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica*. XI Encontro Nacional de Educação Matemática. Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática. Curitiba, Brasil.
- Silva, A. M., Powell, A. B. (2016). *Currículos de Educação Financeira para a Escola nos Estados Unidos*. Disponível em:
<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/download/4235/2209>. Acesso em 29/09/2018.
- Silva, N. C. da.(2012). *Matemática financeira – economia doméstica Educação financeira. 2012*. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Matemática) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Brasil.
- Vieira, S. F. A., Bataglia, R. T. M., Sereia, V. J. (2011). *Educação Financeira e Decisões de Consumo, Investimento e Poupança: Uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná*. Revista de Administração da UNIMEP, São Paulo, v.9, n.3, p. 61-84, setembro/dezembro. Paraná, Brasil. Disponível em:
<http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/345>. Acesso em 11/12/2018.